

Demonstrações financeiras

Phoenix Geração de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



Shape the future
with confidence

Phoenix Geração de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Phoenix Geração de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Phoenix Geração de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Phoenix Geração de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.542	6.306
Contas a receber de clientes	5	8.604	7.058
Impostos e contribuições a recuperar		285	149
Estoques		914	1.016
Despesas antecipadas		852	364
Outros créditos		911	-
Total do ativo circulante		15.108	14.893
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	6	4.386	6.850
Depósitos judiciais		388	388
Imobilizado	7	253.773	259.236
Intangível	8	18.711	19.064
Ativo de direito de uso		150	-
Total do ativo não circulante		277.408	285.538
Total do ativo		292.516	300.431

Phoenix Geração de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	2.699	1.724
Empréstimos e financiamentos	10	9.351	9.121
Obrigações trabalhistas		370	-
Imposto de renda e contribuição social		946	-
Impostos e contribuições a recolher		394	989
Dividendos a pagar	12 / 17	2.415	4.463
Arrendamento		87	-
Outras obrigações		382	-
Total do passivo circulante		16.644	16.297
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	103.034	109.198
Arrendamento		123	-
Provisão para demanda judiciais e obrigações ambientais	11	2.774	205
Total do passivo não circulante		105.931	109.403
Patrimônio líquido			
Capital social	12	151.850	151.850
Reservas de lucros		18.091	22.881
Total do patrimônio líquido		169.941	174.731
Total do passivo e do patrimônio líquido		292.516	300.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	13	57.578	55.903
Custo de geração de energia	14	(33.124)	(24.536)
Lucro bruto		24.454	31.367
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(762)	(379)
Outras receitas (despesas)		106	377
		(656)	(2)
Resultado antes do resultado financeiro		23.798	31.365
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	1.552	1.256
Despesas financeiras	15	(12.529)	(11.557)
		(10.977)	(10.301)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		12.821	21.064
Imposto de renda e contribuição social – corrente	16	(2.653)	(2.274)
Lucro líquido do exercício		10.168	18.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.168	18.790
Total do resultado abrangente do exercício	10.168	18.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023		151.850	3.033	15.699	-	170.582
Distribuição dividendos adicionais propostos	12.d	-	-	(11.667)	-	(11.667)
Lucro líquido exercício		-	-	-	18.790	18.790
Destinações:						
Constituição de reserva legal		-	939	-	(939)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.d	-	-	-	(4.463)	(4.463)
Reserva de retenção de lucros	12.d	-	-	14.877	(13.388)	1.489
Em 31 de dezembro de 2024		151.850	3.972	18.909	-	174.731
Distribuição dividendos adicionais propostos	12.c	-	-	(12.543)	-	(12.543)
Lucro líquido exercício		-	-	-	10.168	10.168
Destinações:						
Constituição de reserva legal		-	508	-	(508)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.d	-	-	-	(2.415)	(2.415)
Reserva de retenção de lucros		-	-	7.245	(7.245)	-
Em 31 de dezembro de 2025		151.850	4.480	13.611	-	169.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		12.821	21.064
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível	7 / 8	8.277	8.226
Amortização do ativo de direito de uso		46	85
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	12.078	10.742
Baixa de ativo imobilizado	7	178	4
Juros sobre arrendamento		11	3
Atualização de provisão para demanda judiciais e obrigações ambientais	11	29	35
Apropriação do custo de transação	10	172	172
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	(1.546)	940
Impostos e contribuições a recuperar		(136)	(10)
Estoques		102	(1)
Despesas antecipadas		(488)	(80)
Outros créditos		(911)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	9	975	(1.156)
Obrigações trabalhistas		370	-
Impostos e contribuições a recolher		7	(390)
Outras obrigações		382	(150)
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.261)	(1.969)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(9.175)	(9.037)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		20.931	28.478
Atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado	7	(99)	(87)
Caixa restrito e depósitos restituíveis		2.464	(546)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		2.365	(633)
Atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(9.009)	(9.603)
Pagamento de arrendamento		(45)	(113)
Pagamento de dividendos	12.d	(17.006)	(15.411)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento		(26.060)	(25.127)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(2.764)	2.718
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		6.306	3.588
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		3.542	6.306
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(2.764)	2.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Phoenix Geração de Energia S.A. ("Phoenix" ou "Companhia"), constituída em 03 de setembro de 2009, com sua sede social localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 02, Itaim Bibi na cidade de São Paulo é uma Companhia anônima de capital fechado, e tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Verde 4A ("PCH"). A acionista controladora direta da Companhia é a Pérola Energética S.A., sendo indiretamente controlada pela Energo-Pro Brasil Holding S.A.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Verde 4A	28,00	194/2005	Água Clara - MS

Originalmente, o prazo de vigência de autorização era de 30 anos contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL nº 194/2005 (07 de junho de 2005), encerrando em 22 de maio de 2035. Em 04 de julho de 2017, a Resolução Autorizativa nº 6.461 estendeu o período de autorização em 1.296 dias por decorrência de atrasos na emissão da licença ambiental, passando para 24 de dezembro de 2038.

Em 08 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.931, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Verde 4A teve a vigência de sua outorga prorrogada para 27 de maio de 2039.

Em 13 de outubro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 10.748, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, o prazo de outorga da usina foi alterado para 07 de fevereiro de 2048.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalcasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foi publicada a Resolução Autorizativa de extensão do prazo de outorga para a PCH Verde 4A, em acordo com o disposto na Lei 14.182.

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo das outorgas hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH Verde 4A para 08 de fevereiro de 2049.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

O prazo de outorga da usina pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Companhia possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	01/01/2020	31/12/2049
Comercializadora de energia	01/11/2018	31/12/2030

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$1.536 (R\$1.404 negativo em 31 de dezembro de 2024), decorrente principalmente da rubrica de empréstimos e financiamentos, que totaliza R\$9.351 em 2025 (R\$9.121 em 2024). Em 2025, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$10.168 (R\$18.790 de lucro em 2024) e gerou fluxo de caixa líquido positivo gerado das atividades operacionais no montante de R\$20.943 (R\$28.478 positivo em 2024).

A Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhia por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 30 de junho de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado e intangível (nota 7 e 8);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6); e
- Provisão para demanda judiciais e obrigações ambientais (nota 11).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, caixa restrito e depósitos restituíveis, depósitos judiciais, partes relacionadas, entre outros.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) Classificação e mensuração--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, despesas antecipadas, outros créditos e partes relacionadas.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas indicativos de *impairment*.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, dividendos a pagar, arrendamento, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2025 e de 2024. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

As vidas úteis dos ativos da Companhia e os critérios de depreciação são demonstrados na nota explicativa nº 7.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5 Imobilizado--Continuação

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Intangível--Continuação

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do período.

3.8 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.9 Provisão ambiental

É necessário julgamento para determinar as principais premissas críticas utilizadas na mensuração das obrigações ambientais, tais como: (i) os métodos e soluções de engenharia ambiental, (ii) níveis de segurança, (iii) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrológicas, e (iv) atualização na taxa de desconto. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas.

O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa real antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao cumprimento das condicionantes ambientais.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000 no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. Os impostos são apurados mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Para os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia optou pelo regime tributário lucro presumido.

3.11 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11 Arrendamentos – Continuação

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à avaliação de redução ao valor recuperável, conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração não identificou indicativos de perda por desvalorização desses ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11 Arrendamentos – Continuação

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.14 Apuração do resultado

a) Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14 Apuração do resultado--Continuação

a) Receitas de venda de energia elétrica--Continuação

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

b) Custos da geração da energia

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.15 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.15 Normas e interpretações novas e revisadas--Continuação

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027
CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	2.268	3.086
Aplicações financeiras (*)	1.274	3.220
Total	3.542	6.306

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Itaú S.A.	CDB	100% CDI	1.274	592
Banco BTG Pactual S.A.	CDB	100% CDI	-	2.628
			1.274	3.220

5. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Venda de energia	8.604	7.042
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	16
	8.604	7.058

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Os montantes de suprimentos de energia elétrica no ambiente regulado e no ambiente livre são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Venda de energia – MRE/CCEE”, referem-se a valores a receber e a montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber--Continuação

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	8.604	4.536
Saldo vencido até 30 dias	-	2.255
Saldo vencido há mais de 150 dias	-	267
Total	8.604	7.058

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os montantes de R\$8.604 e R\$7.058, respectivamente, estão a vencer e nenhuma provisão de perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos.

6. Caixa restrito e depósitos restituíveis

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e depósitos restituíveis, mensurados ao valor justo por meio do resultado, estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Bradesco S.A.	Fundos	100% CDI	4.386	6.850
			4.386	6.850

A Companhia possui na Conta Centralizadora do Banco Bradesco saldo em conta corrente vinculado às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A conta foi constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos e só pode ser movimentada pelo Bradesco, que mensalmente reserva o valor para pagamento da próxima prestação da dívida, faz a manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M, e em seguida transfere todos os recursos remanescentes para a conta livre movimento.

A Companhia possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), referente à manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida e de O&M, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Imobilizado em serviço			Imobilizado em curso		
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Total
Em 31 de dezembro 2023	<u>103.178</u>	<u>47.577</u>	<u>115.865</u>	<u>384</u>	<u>65</u>	<u>267.069</u>
Adições	-	-	-	-	87	87
Transferências	(51)	85	60	-	(94)	-
Baixas	-	-	-	-	(4)	(4)
Depreciação	(2.427)	(1.256)	(4.233)	-	-	(7.916)
Em 31 de dezembro 2024	<u>100.700</u>	<u>46.406</u>	<u>111.692</u>	<u>384</u>	<u>54</u>	<u>259.236</u>
Adições	-	2	109	-	2.528	2.639
Baixas	-	-	(151)	(27)	-	(178)
Transferências	(190)	(427)	617	-	-	-
Depreciação	(2.238)	(831)	(4.855)	-	-	(7.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>98.272</u>	<u>45.150</u>	<u>107.412</u>	<u>357</u>	<u>2.582</u>	<u>253.773</u>
Taxa de depreciação - % a.a.	3,56%	3,85%	5,50%			
Saldo em 31 de dezembro de 2024						
Custo	121.376	57.143	142.058	384	54	321.015
Depreciação acumulada	(20.676)	(10.737)	(30.366)	-	-	(61.779)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	<u>100.700</u>	<u>46.406</u>	<u>111.692</u>	<u>384</u>	<u>54</u>	<u>259.236</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025						
Custo	121.186	56.718	142.633	357	2.582	323.476
Depreciação acumulada	(22.914)	(11.568)	(35.221)	-	-	(69.703)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	<u>98.272</u>	<u>45.150</u>	<u>107.412</u>	<u>357</u>	<u>2.582</u>	<u>253.773</u>

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

Para a mensuração da depreciação de seu ativo imobilizado, a Companhia adota como referência as diretrizes estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). As taxas de depreciação utilizadas são consideradas compatíveis com a vida útil econômica dos bens e refletem de forma razoável e adequada o padrão de consumo dos benefícios econômicos associados aos ativos, em conformidade com o CPC 27 – Ativo Imobilizado. A Administração entende que a despesa de depreciação reconhecida nas demonstrações financeiras representa adequadamente a vida útil dos ativos imobilizados, observando os pronunciamentos contábeis vigentes e as normas regulatórias aplicáveis ao setor elétrico.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

	Servidões	Software	Total
Em 31 de dezembro 2023	17.106	2.268	19.374
Amortização	(268)	(42)	(310)
Em 31 de dezembro 2024	16.838	2.226	19.064
Amortização	(310)	(43)	(353)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.528	2.183	18.711
Taxa de amortização - % a.a.	1,55%	1,55%	
Saldo em 31 de dezembro de 2024			
Custo	20.049	2.771	22.820
Amortização acumulada	(3.211)	(545)	(3.756)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	16.838	2.226	19.064
Saldo em 31 de dezembro de 2025			
Custo	20.049	2.771	22.820
Amortização acumulada	(3.521)	(588)	(4.109)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2025	16.528	2.183	18.711

Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos uma vez ao ano, ou quando há indicação de perda no valor recuperável. A Companhia concluiu pela inexistência de indicativo de perda ao valor recuperável (*impairment*) de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	2025	2024
Materiais e serviços a pagar	962	1.724
Compra de energia - MRE/CCEE (*)	1.263	-
Prêmio de risco hidrológico	474	-
	2.699	1.724

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2025		2024	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES	TJLP (*) + 2,12 % a.a.	9.523	104.570	9.293	111.349
Custo de transação (**)		(172)	(1.536)	(172)	(2.151)
Total		9.351	103.034	9.121	109.198

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos nos respectivos exercícios:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	126.045
Juros provisionados (nota 15)	10.742
Apropriação do custo da transação (nota 15)	172
Amortização - principal	(9.603)
Amortização - juros	(9.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	118.319
Juros provisionados (nota 15)	12.078
Apropriação do custo da transação (nota 15)	172
Amortização - principal	(9.009)
Amortização - juros	(9.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	112.385

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo devedor, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento final a data de 15 de junho de 2038.

A Companhia está sujeita às cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (nota 5) e a manutenção de índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As garantias ao BNDES compreendem as contas reservas, penhor dos ativos e ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

A seguir são apresentados os vencimentos das amortizações de principal e juros:

	2025
2026	9.351
2027	9.131
2028	9.131
2029	9.131
2030	9.131
2031 a 2038	66.510
	112.385

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para demandas judiciais e obrigações ambientais

	2025	2024
Provisões para processos judiciais (a)	234	205
Provisão para obrigações ambientais (b) / (Nota 20)	2.540	-
	2.774	205

a) Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, existem ações cíveis, conhecidas pela Companhia, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas com probabilidade de perda provável, no montante de R\$234 (R\$205 em 31 de dezembro de 2024), referente a uma desapropriação.

Processos com probabilidade de perda provável:

	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2023	170
Atualização	35
Saldo em 31 de dezembro de 2024	205
Atualização	29
Saldo em 31 de dezembro de 2025	234

Processos com probabilidade de perda possível:

	2025	2024
Processos tributário	421	400
Processos ambientais	2.871	3.027
Processos trabalhista	91	-
	3.383	3.427

Em 31 de dezembro de 2025, existem dois processos administrativos ambientais classificados com probabilidade de perda possível, no montante de R\$2.871 (R\$3.027 em 31 de dezembro de 2024).

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para demandas judiciais e obrigações ambientais--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Processos com probabilidade de perda possível:--Continuação

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2025, existem três processos administrativos tributários classificados com probabilidade de perda possível, no montante de R\$421 (R\$400 em 31 de dezembro de 2024), referente a três notificações de lançamento de crédito tributário.

b) Provisão para obrigações ambientais

A Companhia reconhece provisões ambientais quando possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para sua liquidação e quando o valor pode ser estimado de forma confiável, conforme previsto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões relacionadas a obrigações de reflorestamento e demais condicionantes ambientais vinculadas à operação de seus empreendimentos são reconhecidas em contrapartida ao ativo imobilizado, na rubrica de bens em andamento, quando aplicável, em conformidade com o OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essas provisões são mensuradas a valor presente com base nas melhores estimativas de desembolsos futuros esperados, descontados a taxas que refletem a avaliação atual do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas conforme necessário para refletir a melhor estimativa vigente. A reversão do desconto a valor presente é reconhecida como despesa financeira ao longo do tempo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$2.540 referente a provisões ambientais relacionadas às obrigações de reflorestamento associadas ao seu empreendimento, registrado em contrapartida ao ativo imobilizado, na rubrica de bens em andamento.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$151.850, dividido em 48.556.727 (quarenta e oito milhões e quinhentos e cinquenta e seis mil e setecentos e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

	2025 e 2024		
	Quantidade de ações	%	R\$
Pérola Energética S.A	48.556.727	100%	151.850

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido do exercício, serão destinados 5% à Reserva Legal (limitada a 20% do capital social) e, no mínimo, 25% ao dividendo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Atendidas essas destinações, o saldo disponível será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. O Estatuto não institui reserva estatutária de retenção de lucros. Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhia por Ações.

2025

Em 22 de julho de 2025, os acionistas, por meio da Ata da assembleia geral ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de anos anteriores, no valor de R\$4.543.

Em 26 de dezembro de 2025, os acionistas, por meio da Ata da assembleia geral ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares, referentes ao período de anos anteriores, no valor de R\$8.000.

Assim, o saldo de dividendos complementares aprovados e pendentes de pagamento totalizava R\$12.543 em 31 de dezembro de 2025.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos a pagar (passivo)

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>5.233</u>
Pagamento de dividendos	(15.411)
Dividendos adicionais	11.667
Reversão de dividendos	(1.489)
Dividendos mínimos obrigatórios	4.463
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>4.463</u>
Pagamento de dividendos	(17.006)
Dividendos adicionais	12.543
Dividendos mínimos obrigatórios	2.415
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>2.415</u></u>

13. Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta		
Receita de operações com energia Elétrica	60.077	56.489
Receita de operações com energia Elétrica - Partes relacionadas (Nota 17)	-	2.238
Resultado com MRE e CCEE (*)	763	335
(Nota 16)	<u>60.840</u>	<u>59.062</u>
<u>Deduções da receita</u>		
ICMS	(956)	(1.042)
PIS	(389)	(377)
COFINS	(1.797)	(1.740)
Encargos setoriais	(120)	-
	<u>(3.262)</u>	<u>(3.159)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>57.578</u></u>	<u><u>55.903</u></u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Compra de energia elétrica	(6.864)	(4.112)
MRE / CCEE (*)	(4.202)	(1.651)
Royalties ANEEL	(3.279)	(1.458)
Serviços de terceiros	(4.099)	(2.325)
Seguros	(3.723)	(6.036)
Pessoal	(2.090)	(8)
Depreciação e amortização (nota 7 e 8)	(8.277)	(8.311)
Outras custos e despesas	(1.352)	(1.014)
	(33.886)	(24.915)
Custos de geração de energia	(33.124)	(24.536)
Despesas administrativas e gerais	(762)	(379)
	(33.886)	(24.915)

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

15. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.543	1.256
Outras receitas financeiras	9	-
	1.552	1.256
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 10)	(12.078)	(10.742)
Apropriação do custo de transação (nota 10)	(172)	(172)
Multa e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(11)	(229)
Outras despesas financeiras	(268)	(414)
	(12.529)	(11.557)
Resultado financeiro	(10.977)	(10.301)

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
<u>Corrente</u>		
Imposto de renda	(870)	(1.509)
Contribuição social	(1.783)	(765)
Total com imposto de renda e contribuição social	(2.653)	(2.274)

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta (nota 13)	60.840	60.840	59.062	59.062
	60.840	60.840	59.062	59.062
% para base de cálculo				
Base de cálculo	8%	12%	8%	12%
	4.867	7.301	4.725	7.087
Receitas financeiras (nota 15)	1.552	1.552	1.256	1.256
Outras receitas	177	177	152	152
Base de cálculo total	6.596	9.030	6.133	8.495
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	(1.649)	(813)	(1.533)	(765)
Outros	(134)	(57)	24	-
Total	(1.783)	(870)	(1.509)	(765)

(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

			Nota	2025	2024
Ativo	Natureza				
<u>Contas a receber de clientes</u>					
Savana Geração de Energia S.A.	Compartilhamento de custos	(a)		<u>835</u>	<u>-</u>
				<u>835</u>	<u>-</u>
Passivo					
<u>Outras obrigações</u>					
Savana Geração de Energia S.A.	Outras obrigações	(b)		-	4
Energio Pro Brasil Holding S.A	Compartilhamento de custos	(a)		<u>128</u>	<u>-</u>
				<u>128</u>	<u>4</u>
<u>Dividendos a pagar</u>					
Pérola Energética S.A.	Dividendos	(c)		<u>2.415</u>	<u>4.463</u>
				<u>2.415</u>	<u>4.463</u>
Receita					
Elera Renováveis S.A.	Venda de energia	(d)		-	1.974
BGE	Venda de energia	(d)		-	50
Apollo Comercializadora Ltda.	Venda de energia	(d)		-	214
		(Nota 13)		<u>-</u>	<u>2.238</u>
Custo					
<u>Compra de energia</u>					
Elera Renováveis S.A.	Compra de energia	(b)		-	1.254
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	Compra de energia	(b)		-	2.858
Energio Pro Brasil Holding S.A	Compartilhamento de custos	(a)		<u>591</u>	<u>-</u>
				<u>591</u>	<u>4.112</u>
Despesas administrativas e gerais					
Elera Renováveis S.A.	Serviços de administração	(e)		<u>-</u>	<u>331</u>
				<u>-</u>	<u>331</u>

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo dos antigos acionista, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção;
- (c) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Companhia;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo antiga acionistas;
- (e) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as Companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social. A remuneração é realizada pela controladora indireta Energo Pro Brasil Holding S.A.

18. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.700.000 para os bens vinculados à autorização considerados em conjunto das usinas do grupo Energo-Pro no Brasil, com início em 01 de novembro de 2025 e término em 01 de novembro de 2026.

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.268	-	2.268	3.086	-	3.086
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	1.274	1.274	-	3.220	3.220
Contas a receber de clientes	8.604	-	8.604	7.058	-	7.058
Outros créditos	911	-	911	-	-	-
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	4.386	4.386	-	6.850	6.850
Despesas pagas antecipadamente	852	-	852	-	-	-
Outros créditos	911	-	911	-	-	-
Depósitos judiciais	388	-	388	388	-	388
	13.934	5.660	19.594	10.532	10.070	20.602

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2025					
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Fornecedores	2.699	-	2.699	1.724	-	1.724
Empréstimos e financiamentos	112.385	-	112.385	118.319	-	118.319
Dividendos a pagar	2.415	-	2.415	4.463	-	4.463
Arrendamento	210	-	210	-	-	-
Outras obrigações	382	-	382	-	-	-
	118.091	-	118.091	124.506	-	124.506

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2025 e 2024.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de taxa de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais do Grupo ou terceiros (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo)

vi) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimento participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Companhia controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

viii) *Risco regulatório*

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

Phoenix Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

viii) *Risco de não renovação da autorização*

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Rubrica contábil	Evento	2025	2024
Imobilizado (nota 7)	Provisão ambiental	(2.540)	-
Provisão para demandas judiciais e obrigações ambientais (nota 11)	Provisão ambiental	2.540	-
Ativo de direito de uso	Adições	(195)	(85)
Arrendamento	Adições	245	110

* * *